

LA NACION

Mayor desregulación en el mercado agrícola mundial

SAINT LOUIS, Estados Unidos.- Los países que integran la Organización Mundial del Comercio (OMC) están más cerca de lograr un acuerdo para desregular el intercambio de productos agropecuarios, aunque pocos se animan a predecir la profundidad que tendrá la liberalización.

Esa es una de las principales conclusiones que se pueden extraer del congreso regional para las Américas del World Agricultural Forum (WAF), que se desarrolla en esta ciudad y que reúne a unos 200 productores, ejecutivos de la agroindustria y representantes de los gobiernos y de organizaciones no gubernamentales (ONG).

"Soy optimista acerca de un acuerdo sobre agricultura en la OMC", sostuvo Phillip Wall, director de la oficina de Agricultura, Biotecnología y Textiles del Departamento de Estado de Estados Unidos. "Creemos que es necesario eliminar los subsidios a la exportación", añadió, en coincidencia con la propuesta que hizo recientemente la Unión Europea para destrabar las negociaciones en la OMC.

El director de Agricultura de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo (OCDE), Gerard Viatte, sostuvo que los países más desarrollados han comprendido que la reforma agrícola es clave para sus propios intereses. La semana pasada se realizó en París una reunión de la OCDE que sirvió para lograr avances en la OMC.

Pero para las naciones en desarrollo ese optimismo y esas declaraciones de buena voluntad deberían transformarse en gestos concretos. Fue Miguel Campos, secretario de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, el más enfático en reclamar un "cambio de paradigma" por parte de europeos, norteamericanos y japoneses.

"Estados Unidos gasta en subsidios unos 16.000 millones de dólares anuales, casi lo mismo que exporta el país en concepto de productos agropecuarios, y la Unión Europea, más de 45.000 millones de dólares, lo que equivale a una tercera parte de la deuda externa argentina", sostuvo. Para la economía argentina, un acuerdo favorable en la OMC sería vital dado que más del 50% de sus exportaciones son de origen agropecuario.

Campos explicó que el proteccionismo europeo y norteamericano es una de las razones por las cuales la Argentina produce más commodities que alimentos. "No nos dejan entrar con manufacturas por los elevados aranceles que fijan y luego nos critican por no exportar alimentos procesados", señaló. "Nuestras sociedades necesitan señales concretas para lograr su sustentabilidad", dijo, en referencia a que si las exportaciones de productos procesados fueran mayores habría más inversión y empleo.

El director nacional de Mercados Agroalimentarios, Gustavo Idígoras, propuso que los países de la OMC lleven a cero los aranceles de importación de alimentos y sean equiparados con los bienes industriales.

También el jefe negociador de México ante la OMC, Eduardo Pérez Motta, reclamó una mejora en la oferta de acceso a mercados por parte de la UE y de los EE.UU.

Claro que, en la medida en que los funcionarios argentinos reclaman con más énfasis la liberalización del comercio agrícola, los norteamericanos no dejan pasar las oportunidades para exponer los flancos débiles del país.

Gary Blumenthal, director ejecutivo de World Perspectives, un centro de pensamiento de EE.UU., recordó que la Argentina mantiene retenciones a las exportaciones que le quitan competitividad al agro. Campos reaccionó con vehemencia y señaló que los derechos de exportación sirven para lograr la sustentabilidad de la sociedad, en referencia a que son una de las principales fuentes de financiamiento del plan Jefes y Jefas de Hogar. En la visión del

secretario, no es concebible que sólo le vaya bien a un sector de la población mientras al resto le va mal.

Diferencias

Otro de los debates del WAF es la diferencia de concepción respecto de la agricultura y la producción de alimentos entre los países ricos y los pobres. Deborah Perkins, directora del Departamento de Investigaciones del Rabobank, banco holandés especializado en agroindustria, describió las tendencias que dominan el consumo de alimentos. Señaló que, cada vez más, la población exige prácticas respetuosas del medio ambiente en la elaboración de productos agropecuarios. También, dijo, están preocupados por los alimentos que sean beneficiosos para la salud.

Como contrapartida, Peter Raven, un experto en biodiversidad del estado de Missouri, recordó que hay 800 millones de personas en todo el mundo que padecen hambre, pese al incremento de la producción de alimentos en el nivel global.

O ESTADO DE SAO PAULO

Brasil amplia lista de bens para livre comércio com europeus

Brasília - O Brasil vai ampliar em 315 itens a lista de oferta de produtos e bens que poderão integrar o acordo de livre comércio entre os países que compõem o Mercosul e a União Européia. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou nesta segunda-feira, após reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que o Mercosul não irá ceder às pressões dos europeus que insistem numa discussão mais profunda na área de compras governamentais.

A proposta fechada na Camex, que reuniu sete ministros, será apresentada nesta terça-feira aos parceiros do Mercosul em reunião em Buenos Aires. Já a troca de ofertas entre os dois blocos econômicos acontecerá na quarta-feira. "Não é prudente, neste momento, limitar a capacidade de política industrial e tecnológica, dando garantia de acesso pleno (em compras governamentais) e limitando, assim, a possibilidade de dar uma margem de preferência às empresas nacionais em áreas que o governo quer desenvolver", afirmou.

As empresas européias querem que o acordo de livre comércio entre os blocos permita a elas entrarem com maior facilidade em licitações para compras governamentais. O secretário-executivo da Camex, Mário Mugnani, afirmou que o governo brasileiro defende que haja apenas condições privilegiadas para que essas empresas tenham acesso a consultas internacionais. "Isso aconteceria se o governo quisesse abrir uma licitação internacional", afirmou.

Está na mesa de negociação entre os dois blocos uma lista de cerca de 8.500 bens. Com a ampliação da oferta, segundo o secretário, subiu de 83,5% para 88% os bens que poderão estar incluídos no acordo. "O restante (da lista) é considerado de alta sensibilidade", disse Mugnani. A expectativa é fechar o acordo até outubro deste ano. "Não devemos ganhar 100%, mas também não vamos perder 0%".

GAZETA MERCANTIL

Sai hoje proposta de acordo Mercosul-União Européia

Brasília, 18 de Maio de 2004 - Lista de 315 itens foi aprovada pelo Brasil e será submetida à Argentina. O governo brasileiro apresentará na reunião com seus parceiros do Mercosul, que será realizada hoje, em Buenos Aires, uma proposta incluindo 315 itens aos produtos listados no acordo de livre comércio negociado entre o bloco e a União Européia (UE). O encontro definirá o perfil da oferta do bloco sul americano para o tratado com a UE. Em seguida, a oferta final do Mercosul será apresentada à União Européia amanhã.

A ampliação da lista foi discutida ontem, em reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), colegiado interministerial comandado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Entre os itens acrescentados estão bens de informática, telecomunicações, eletroeletrônicos e produtos têxteis, segundo o secretário-executivo da Camex, Mário Mugnaini. A proposta brasileira amplia para 88% a abertura do mercado para o comércio de bens comerciais e agrícolas com o bloco europeu, o que significa cerca de US\$ 20,6 bilhões em produtos importados da UE com tarifa zero, em um prazo de 10 anos. A proposta atual prevê abertura de 83%.

Enquanto o Uruguai e a Argentina oferecem resistência à inclusão de produtos têxteis na lista de produtos cujas taxas de importação serão reduzidas a zero nesse período, o Brasil mantém sua postura de recusar o maior pleito do bloco europeu para o acordo: a livre participação em licitações de compras governamentais. Segundo Mugnaini, o que o Brasil está disposto a oferecer é "transparência".

"Em licitações internacionais, a União Européia terá o privilégio de conhecer as regras do protocolo, o que lhe dará uma posição de vantagem em relação aos outros competidores estrangeiros", explicou Mugnaini. "A idéia é propor o acesso à informação, não o acesso automático e irrestrito ao mercado, como eles pretendem", acrescentou o secretário.

A presença comercial, informou o secretário da Camex, é um ponto central na oferta brasileira na pauta de serviços do acordo de livre comércio com o bloco europeu. Em transportes marítimos, por exemplo, o País pretende exigir que a prestadora do serviço tenha, por obrigação, que se instalar no Brasil e possuir ao menos um casco com bandeira brasileira. A proposta é mais flexível no setor de aviação, já que as aeronaves são, em sua maior parte, adquiridas em contratos de leasing, mas a exigência da presença comercial se mantém, bem como nos casos de serviços de reparos, abastecimento e transporte de carga.

O Brasil pretende fazer valer a mesma regra no setor de telecomunicações, outro filão valioso dentro do acordo. De acordo com Mugnaini, toda a radiodifusão deverá ser originada de território nacional. Isso significa que qualquer empresa da União Européia poderá oferecer serviços telefônicos, por exemplo, desde que sua central seja instalada no Brasil. "A presença comercial é uma questão fundamental na rubrica de serviços", disse o secretário da Camex.

A proposta brasileira poderá sofrer modificações, já que depende da aprovação dos outros países sócios do Mercosul. A intenção do bloco é que o acordo seja assinado ainda em outubro deste ano. Para isso, a negociação com o bloco europeu seguirá uma agenda apertada nos próximos meses.

Outubro foi definido como prazo ideal para a assinatura do acordo de livre comércio porque marca o final do mandato dos atuais negociadores da União Européia. Marca também o final das férias de verão no continente europeu, que começa em agosto, deixando um período de hiato nas negociações.

EL COLOMBIANO

Bloque andino unido frente al TLC con Estados Unidos

En su primera presentación ante los medios de comunicación, los negociadores oficiales de Colombia, Perú y Ecuador manifestaron que los tres países andinos están muy unidos en su empeño de lograr un buen Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos y que, para sorpresa de los observadores, son más los puntos de convergencia que han encontrado hasta el momento que las diferencias.

Hernando José Gómez, líder del equipo colombiano, expresó que durante los últimos dos días el trabajo ha girado alrededor de la coordinación de 23 temas que son abordados en 14 mesas de negociación, un número que puede ampliarse a medida que se avance en las discusiones.

Lo importante para el funcionario es que "hemos observado que en todos los asuntos hay una gran comunidad de intereses frente a la negociación con Estados Unidos. En ese sentido, creemos que tanto Ecuador, como Perú y Colombia, llegamos con excelentes equipos. Quiero enfatizar en la unidad andina de los tres países, pues es una fortaleza que se consolidará durante las reuniones que se efectuarán entre la primera y la segunda ronda de negociaciones".

En una línea similar, Cristian Espinoza, subsecretario de Comercio Exterior e Integración de Ecuador, indicó que al momento de hacer el análisis de los temas más sensibles se han encontrado "con la grata sorpresa de que la comunidad de intereses es bastante alta, mientras que las diferencias son pocas, y éstas últimas pueden ser trabajadas y entendidas. Tenemos mucho optimismo de que la unidad andina, el trabajo de los tres países, sea de beneficio común".

El negociador ecuatoriano agregó que hay la expectativa de que este proceso con Estados Unidos sea intenso "y relativamente corto", algo que no ha sido propiamente la constante en otros acuerdos, que han tardado años en concretarse. "Creemos que estamos preparados y con todo el ánimo para sacar adelante un TLC que es sumamente importante para todos los países. No sólo porque dinamizará las relaciones comerciales con un gran socio comercial, sino porque también profundizará las relaciones entre los países andinos y les permitirá sacar más provecho de la integración".

Al igual que lo han expresado los mandatarios de los tres países, Espinoza recordó que el objetivo del tratado comercial con Estados Unidos "es que los pueblos tengan un bienestar económico más elevado, mayores fuentes de empleo y de negocios. Estamos con la mejor intención de que estas oportunidades sean repartidas de la manera más equitativa y aprovechando las ventajas que obtendríamos eventualmente al acceder al mercado con mayor capacidad de compra".

Pablo de la Flor, viceministro de Comercio del Perú, puso de presente que negociar con Estados Unidos es un enorme desafío y que el referente del éxito que se tenga "sería que como resultado de la misma se le entreguen beneficios tangibles a la población que vive marginada en los centros urbanos y rurales y que mira con grandes expectativas de este proceso. Soy optimista, creo que en una década, cuando repensemos la historia económica de nuestros países, podremos identificar un antes y un después".

Negociará cada país

Contrario a lo que podría pensarse, la existencia del bloque andino no supone que se vaya a firmar un solo TLC con los Estados Unidos, ni que alguno de los participantes se tenga que someter a la mayoría que le hagan los otros dos en determinados aspectos.

Hernando José Gómez aclaró que en este tipo de acuerdos se negocia de manera uniforme aquello que va a gobernar los tratados en el largo plazo, como pueden ser, por ejemplo, los esquemas de solución de diferencias. Sin embargo, en temas como las listas de desgravación arancelaria, estas consultarán las diferencias de cada país, sus necesidades y estructuras productivas. En palabras del funcionario, "la comunidad de intereses es muy importante en términos de largo plazo, para evitar desviaciones de comercio, etc, pero al final del día habrá algunos ajustes que hacer en términos de listas de productos, como ocurrió en Centroamérica, para reflejar las diferencias de cada país".

Finalmente, Gómez reveló que entre los temas que los empresarios colombianos han pedido que se discuta de manera especial con Estados Unidos figuran las visas para entrar al país del Norte. Esto, porque los hombres de negocios afirman que de nada vale tener acceso a esa nación, cuando no se puede ir a firmar y cerrar un negocio.

Por su parte, Luis Carlos Villegas, presidente del Consejo Nacional Gremial y de la Andi, manifestó, tras una reunión con sus homólogos de Perú y Ecuador, que "los sectores privados de los tres países confían plenamente en que este convenio con Estados Unidos traerá grandes oportunidades de crecimiento económico para todos".

EL PAIS

Comercio y migración temas centrales de cumbre presidencial

El comercio y la migración son algunos de los temas que pueden generar más fricciones en la agenda de la próxima cumbre de 59 gobernantes de América Latina y la Unión Europea a celebrarse el 28 y 29 de este mes en la occidental ciudad de Guadalajara, comentó ayer la prensa mexicana.

La reunión se enfocará, entre otros aspectos, sobre el "terrorismo", el narcotráfico, el crimen organizado y la venta de armas.

Según un borrador de la declaración final de 44 puntos, anticipado a la prensa mexicana por fuentes de la organización, uno de los tópicos que desde ahora ha comenzado a ser objeto de fuertes divergencias entre delegados latinoamericanos y europeos en las reuniones preparatorias es el de la migración.

MIGRACION. América Latina plantea un "acercamiento amplio a la problemática de la migración tomando en cuenta todos sus aspectos" y darlos pasos para "elaborar políticas birregionales relativas a la migración laboral y a la fuga de cerebros".

Además, propone analizar el impacto de esas corrientes sobre el desarrollo de sociedades que las generan, como es el caso de Colombia y Ecuador, cuyos ciudadanos han emigrado en grandes proporciones en los últimos años hacia España.

En este tema se pide asegurar la protección de los derechos de todos los migrantes e impedir "la violencia y la discriminación" en particular contra mujeres y menores.

La Unión Europea considera a la migración un tema "sensible" y está elaborando una contrapropuesta donde plasmará sus objeciones a las demandas latinoamericanas, siempre según las fuentes.

COOPERACION. Otro párrafo que la UE europea cuestiona es la propuesta de América Latina de reafirmar el compromiso de reforzar la cooperación internacional para "facilitar un tratamiento eficaz de todas las fases de los desastres naturales o cometidos por el hombre, haciéndose especial énfasis en la prevención".

En materia comercial, existen divergencias sobre si este encuentro es el foro adecuado para discutir el tema de la eliminación de los subsidios agrícolas que prevalecen en la UE.

La UE considera que la Organización Mundial del Comercio y la ronda de negociaciones en el marco del Programa para el Desarrollo en Doha es el foro idóneo para fortalecer las relaciones comerciales y asegurar beneficios para los países en desarrollo.

A las diferencias que prevalecen entre los dos grandes bloques se suman las divergencias que presumiblemente se darán entre los países latinoamericanos.

El presidente del Consejo Mexicano de Asuntos Internacionales, Andrés Rozental, lamentó que dentro de la región latinoamericana se den "absurdas rivalidades" como las existentes entre México y Brasil para "establecer pequeñas zonas de influencia" en vez de hacer a un lado "sus celos y competencias desgastadoras" y hacer un "gran papel". ANSA

La UE hará más concesiones si el Mercosur presenta propuestas mejoradas

Bruselas - Los ministros de Exteriores europeos se mostraron hoy favorables a hacer más concesiones a Mercosur para concluir un Acuerdo de Asociación, siempre y cuando los países de este grupo respondan con propuestas negociadoras similares.

En la reunión que celebraron hoy en Bruselas, los jefes de la diplomacia europea analizaron, entre otros asuntos, los últimos preparativos para la cumbre que la UE, América Latina y el Caribe celebrarán los próximos 28 y 29 de mayo en Guadalajara (México).

Los titulares europeos de Exteriores debatieron las ofertas presentadas hasta la fecha por los países del Mercosur y confiaron en que este grupo esté dispuesto a hacer concesiones en los ámbitos que interesan a los Estados miembros, informaron a EFE fuentes comunitarias.

En particular, la UE quiere mejores condiciones en los servicios, las compras públicas y las tarifas de ciertos productos, precisaron.

El comisario europeo de Comercio, Pascal Lamy, quien participó en la reunión, se mostró pesimista sobre las posibilidades de avanzar en este ámbito debido a que hasta el momento, a su juicio, las ofertas presentadas por los países de Mercosur no alcanzan el nivel de ambición de la UE, añadieron las mismas fuentes.

Algunas delegaciones, en particular España y Portugal, se mostraron un poco sorprendidas por este "relativo pesimismo" e insistieron en la necesidad de aprovechar esta "oportunidad histórica" para alcanzar un acuerdo de asociación con Mercosur.

Ambos países anunciaron su intención de acercar posiciones a través de contactos bilaterales que permitan resolver los puntos pendientes y facilitar un posible acuerdo, añadieron.